



Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 15 DE JULHO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT – 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; **PSDB – 10:** Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; **PMDB – 10:** Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; **PTB – 07:** Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; **PPB – 06:** Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; **PFL – 05:** Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Remy Borsatto - Plauto Miró Guimarães; **PT – 05:** Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

2ª. SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª. LEGISLATURA
ATA DA 4ª. SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 15 DE JULHO DE 1996

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Anniballi, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Selame, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocélito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmia da Silva, Sérgio Spada, Toti Colazzo, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Renato Adur (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O O R D I N Á R I A .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 327/96 relativo à Mensagem n° 70/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência, para o Projeto de Lei n° 328/96 relativo à Mensagem n° 71/96 de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª. Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 610

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstíoi para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 609

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento de Antonio José dos Reis, ocorrido no dia 09 próximo passado, no Município de Arapongas-PR.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua filha, Elizabete dos Reis, e família, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Dituí, n° 42, Conjunto Casa da Família "Ulisses Guimarães", quadra 18 - casa 04 no Município de Arapongas-PR.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, alusivos à comemoração dos 25 Anos de Fundação, ocorrida no último dia 12 de julho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor João Paulo Koslowski, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu n° 501, CEP: 80.530-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, alusivos à comemoração dos 25 anos de Fundação, ocorrida no último dia 12 de julho do corrente.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Presidente, Senhor João Paulo Koslowski, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu n° 501, CEP 80530-000, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 608

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções e atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de votos de louvor ao Senhor Desidério Peron, Presidente Executivo da Revista *Insieme*, principal meio de comunicação escrita da comunidade italiana no Brasil, editada nesta capital, que tem se mostrado como um verdadeiro veículo de integração entre os descendentes italianos.

Requer ainda que o presente se dê ciência ao Senhor Desidério Peron, Presidente Executivo da Revista *Insieme*, através de correspondência a ser encaminhada para o Centro Cultural Ítalo-Brasileiro Comitato Dante Alighieri, Rua Desembargador Westphallen, 15 - 1° andar - CEP: 80.010-903 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 15.07.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria de indagar a Presidência desta Casa - porque hoje se encerra o período de convocação extraordinária e, com nós temos alguns projetos sendo votados em 1.ª e 2.ª Discussão - se nós teremos ainda na tarde de hoje Sessões Extraordinárias para que

possamos limpar a Ordem do Dia, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa informa Vossa Excelência, que serão feitas Sessões Extraordinárias afim de que, os projetos aprovados em 1.ª Discussão sejam colocados em votação nas Sessões Extraordinárias.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço Vossa Excelência porque desta forma vamos cumprir com a pauta da convocação. A Assembleia cumpre com o seu papel de votar todas as mensagens dentro do período extraordinário.

Muito obrigado.

Só para comunicar a presença do Senador Roberto Requião, talvez não coubesse a mim, mas é com muita satisfação que registro aqui a presença do Senador Roberto Requião.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa sente-se honrada com a presença do Senador, ex-Governador e ex-Prefeito Roberto Requião.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Gostaria, se Vossa Excelência permitisse, que o Senador Roberto Requião saudasse a Assembleia, como ex-Parlamentar, como ex-Governador e como Senador da República, seria uma proposição da Bancada do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - O Senador Roberto Requião sempre tem a palavra livre nesta Casa, onde pertenceu para nossa alegria e satisfação.

Consulto o Senador se quer fazer uso da palavra.

O Senador diz que fica para outra oportunidade.

Com a palavra o Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Sessão de hoje representa, de certa forma um marco histórico na Assembleia Legislativa, porque um Artigo da Constituição do Estado do Paraná, já promulgada há vários anos, recebe um Projeto de Lei para a sua regulamentação. Neste sentido, esta Sessão coroa todo o processo de luta política que foi travado, principalmente pela Comunidade Científica do nosso Estado e por alguns Deputados que, desde a promulgação da Constituição tentaram a regulamentação imediata desse artigo, não conseguindo obter sucesso nesse período de luta.

Historicamente a hoje vice-Governadora Emlia Balinatti, junto com o Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio e outros De-

putados desta Casa apresentaram uma proposta de regulamentação desse artigo 205 que basicamente seguia os princípios da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Durante o governo anterior, depois do processo de discussão, esse projeto foi vetado pelo governador e a Assembleia conseguiu derrubar o veto e o artigo continua sem regulamentação. Logo que assumimos o nosso mandato e na função de presidente da Comissão de Educação na Assembleia, tivemos como uma das principais metas a regulamentação desse artigo, abrimos um processo democrático de discussão, chamando Deputados que tinham mais experiência política nesse sentido, chamando o Líder do governo nesse sentido, conversando com a vice-governadora Emilia Belinati, convocando a comunidade científica, professores, técnicos ligados à iniciativa privada, a Universidade Federal do Paraná e constituímos no final do ano passado, o Fórum Paranaense da Ciência e Tecnologia, onde houve todo um processo de discussão com autoridades de renome nacional e internacional presentes no plenário e foi constituído o Fórum permanente para aprofundar o debate sobre esta matéria.

Apresentamos um projeto assinado por mim e pelos Deputados Orlando Pessuti, Joel Coimbra, Eduardo Trevisan, e vários Deputados mas infelizmente esse Projeto não veio ao Plenário e o Senhor Governador mandou outro projeto bastante diferente para ser apreciado. Apesar de toda comunidade científica do Paraná ter uma posição diversa da posição do governador do Estado, demonstrou uma boa vontade enorme para discutir, negociar com o governo, para discutir com os Senhores Deputados, aceitando inclusive que se mudasse a ordem do processo legislativo nesta Casa e que o projeto que vem bem depois, fosse votado antes de um projeto já em tramitação, com os pareceres já dados pelas Comissões desta Casa. No entanto, apesar de toda a nossa boa vontade em regulamentar de uma vez por todas o Artigo 205, não podemos calar apesar da ampla hegemonia que temos consciência que o governo Lerner tem nesta Casa, não podemos nos calar e deixar de fazer alguns comentários sobre o projeto que veio do governo para declarar a nossa posição sobre essa matéria.

Em primeiro lugar, o Artigo 205 da Constituição do Estado do Paraná diz claramente: "O Estado destinará anualmente uma parcela de sua receita tributária não inferior a 2% para o fomento da pesquisa científica e tecnológica que será destinada em duodécimos mensalmente e será gerido por órgãos específicos com representação paritária do Poder Executivo e das comunidades científicas, tecnológicas e empresariais e de trabalhadores a ser definido em lei."

ria e de trabalhadores a ser definido em lei."

É o que reza o Artigo da Constituição.

No entanto, na proposta que o governo manda para esta Casa ao invés de repassar os 2% em duodécimos, o governo na verdade, estabelece que vai repassar 1% apenas, na medida em que possibilita o projeto do outro 1% em repasse através de ativos patrimoniais, inclusive bens e direitos e inclusive ações da COPEL a serem vendidas para então ser repassado para o fomento à Ciência e à Tecnologia.

Essa é a primeira questão séria, o problema que incorre o projeto do governo do Estado, mas existem uma série de outros problemas. Por exemplo, na representação dos conselheiros do Conselho de Ciência e Tecnologia que é órgão superior que vai estabelecer todas as linhas e diretrizes para política da Ciência e Tecnologia e para destinação dos recursos, existe um vício de representação, um vício fundamental, porque nós só podemos dizer de um Conselho, quando as pessoas que têm participação desse Conselho têm uma representação, têm uma origem do poder vinculada ao setor que diz representar. Assim, mesmo no período negro do regime militar a forma em que se escolhia o Reitor de uma Universidade, não era uma forma totalmente autoritária. Era encaminhada uma lista tripla ou sextupla. Essa é a fonte originária de poder de um Conselho que tem o mínimo de caráter democrático. E nós entendemos que não podemos aceitar um Conselho de Ciência e Tecnologia em que o Governador do Estado, simplesmente, por sua própria vontade, indique as pessoas dos conselheiros ao próprio Governador que vai dizer se esse é representante dessa ou daquela comunidade, que não há nenhum vínculo de representação originária da comunidade que este conselho, entre aspas, diz representar.

Por isso vamos apresentar emendas nesse sentido entendendo que a comunidade científica e tecnológica são as universidades, são os trabalhadores e suas representações, os empresários através de suas entidades de classe que devem, pelo menos, oferecer ao Poder Executivo uma lista com os nomes que essas comunidades entendem, têm a respeitabilidade, a competência a técnica necessária para poder assumir um posto de tamanha importância no Estado do Paraná.

Existe, claro, outros problemas no Projeto do governo. Nós supunhamos, no início, que os recursos repassados para Ciência e Tecnologia, seriam na sua totalidade colocados à disposição de uma fundação aos moldes da FAPESP. Uma fundação gerida, democraticamente, pela comunidade científica e tecnológica, pelos representantes dos trabalhadores e empresários co-

mo diz o art. 205. Infelizmente o que o Governo do Paraná fez? Ele vai repassar apenas 20%, no início. E depois num processo de negociação conseguimos uma vitória, com o Deputado Algaçi Túlio, que compreendeu essas questões. Estamos aumentando para 30, mas é, repito, apenas 30% desses 1% em recursos financeiros que vai ser repassado para o Conselho e será destinado à Fundação. Não a totalidade dos recursos como queríamos. De outra parte, 20%, vai ser destinado ao TECPAR. E, 50%, antes 60%, agora 50%, aquilo que o Governo chama de Projetos Estratégicos.

Nós entendemos que isso é apenas um disfarce. Não podemos entender como desenvolvimento científico e tecnológico a destinação de recursos do Estado para os chamados Projetos Estratégicos, como o Corredor-Paraná. São coisas completamente diferentes. Mas, infelizmente, a filosofia que orienta o Projeto no Governo do Estado, a filosofia neoliberal, em que os recursos da ciência e tecnologia são submetidos, claramente, na própria argumentação de conteúdo na Mensagem e no Projeto, submetidos aos interesses da iniciativa privada e dos setores chamados de competitivos do Estado do Paraná.

É a visão que está na moda. É o chamado realismo do mundo neoliberal que nos coloca na situação de uma escolha trágica. Ou não regulamentamos o Projeto e continuamos nossa luta para fazer a regulamentação como sonhamos e como deliberamos, democraticamente. Ou aceitamos uma conjuntura difícil e cedemos alguma coisa para que, pelo menos, tenhamos o início da regulamentação e possamos continuar o processo de luta, a posteriori, para chegar, então, aquilo que toda comunidade quer.

Colocadas essas questões, quero manifestar minha posição, não apenas em meu nome, não apenas na condição de Presidente da Comissão de Educação da Assembleia, mas também na condição de representante de um dos membros da Bancada do Partido dos Trabalhadores e dizer que nos definimos que vamos votar favoravelmente ao Projeto, pela legalidade em 1ª discussão e estaremos apresentando não só o Parecer da Comissão de Educação que tem propostas de emendas, mas estaremos, também, apresentando com o apoio de outros Deputados, as emendas que julgamos serem necessárias para corrigir os rumos do Projeto e possamos, em parte, ter a vontade da comunidade científica do Paraná respeitada para que possamos criar um novo Estado. Um Estado que possa desenvolver, efetivamente, construindo um progresso mas com justiça social, destinando recursos para a ciência autônoma que seja capaz de fazer um projeto também autônomo de desenvolvimento, voltado, em parte, para os setores que mais sofrem. E também

uma ciência nova, uma tecnologia nova que possa fazer não só para o Paraná mas para o nosso país, entrar num caminho de desenvolvimento que possa ser construído com justiça social, com humanidade e fraternidade entre todos os nossos cidadãos.

Essa é a posição que queríamos manifestar e estaremos, depois, discutindo emenda por emenda no debate que vai se travar neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças.

PMDB. Com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Há questão de um mês atrás, dois meses atrás, circulou nos gabinetes dos Parlamentares uma relação de obras não concluídas pelo Governo Federal. Obras essas abandonadas em todo o território nacional, muitas delas já deteriorando.

Quero falar aqui, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, de uma obra que está concluída, de uma obra que não exige mais aplicação de uma saca de cimento sequer, que há dois anos foi construída com recursos do Paraná, ponte alfândega, acesso, levado iluminação, posto telefone, e pura e simplesmente emperrada na burocracia deste País, o Presidente da República não assinou ainda um Decreto que está há mais de 90 dias em seu gabinete para propiciar a Polícia Federal instalar um posto e dar portanto, passagem à uma ponte entre Capanema e Andreito, na Província de Misiones.

Fala-se em MERCOSUL, fala-se em ligações dos nossos Países, em fortalecimento do nosso comércio, das nossas importações e das nossas exportações. Ora, como falar em seriedade de MERCOSUL, se nós temos uma ponte completamente construída, e apenas pelo descaso da assinatura de um Decreto, essa ponte não vai para a sua efetiva passagem.

Veja bem, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando, há um ano atrás foi a Buenos Aires, assinou junto com o Presidente da Argentina, Carlos Menem, a internacionalização desta ponte. Recentemente, há uns 90 dias, o Presidente da República foi à Argentina novamente, e marcou data para o início de passagem por esta integração da América Latina. Os argentinos destinaram as pessoas para trabalhar na alfândega. O Brasil não assina o Decreto que possibilita esta passagem.

Esta é uma luta nossa, regional, é Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, mas o Sudoeste do Paraná faz parte do con-

texto deste Estado. Não é possível que se continue a fazer o descaso que se faz com a nossa gente. Seria como Deputado Edgar Bueno? O Paraná que está gastando para duplicar, de Curitiba até Garuva, o que seria uma responsabilidade do Governo Federal, estamos gastando recursos nossos e depois de construída a estrada, não dá tráfego para aquela rodovia, por falta de assinar um Decreto para colocar a Polícia Rodoviária Federal em cima da estrada.

Isso é uma barbaridade. E quero chamar a atenção dos Senhores Parlamentares, da Presidência desta Casa, dos integrantes do Governo, das Associações Comerciais, FIEP, e tantos outros, estão empenhados. O "Aeroporto Afonso Pena". O Presidente da República uma vez mais já concordou com a abertura do "Aeroporto Afonso Pena", no dia 26 deste mês.

Estive na semana passada conversando com o Doutor Everardo Maciel, Secretário da Receita Federal, em Brasília, por delegação desta Casa, do Presidente Aníbal Khury e juntamente com o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão. Perguntamos taxativamente a ele. Se seria possível a internacionalização do Aeroporto Afonso Pena, sem assinatura deste Decreto que está para ser assinado pelo Presidente da República, ele nos disse "não". Pode inaugurar o Aeroporto, mas voo internacional só será feito a partir do momento que este Decreto de Reformulação da Receita Federal for assinado, trazendo portanto as condições necessárias para a sua internacionalização.

Portanto, está na hora de nós insistirmos todos juntos, porque senão no dia 26, a despeito do que acontece com a ponte, a despeito do que acontece Deputado Edgar, com a passagem lá em Guaíra, com as zonas de interior de Londrina e Maringá, não haverá alfandegamento se não assinar este Decreto.

Peço, portanto, aos Senhores Parlamentares, aos representantes do Governo, aos representantes de entidades classistas, para nos acordarmos sobre isto sob pena do Paraná ficar sem a instalação efetiva destas melhorias pelo descaso puro e simplesmente da assinatura do decreto que a Presidência da República não está assinando.

O Sr. Algaci Túlio - Quero cumprimentá-lo, Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência tem sido um batalhador incansável na questão da regulamentação da aduana de Andresito, Vossa Excelência tem se envolvido diretamente, muito embora, seja Deputado de Oposição, tem demonstrado seu discernimento, tem partilhado da discussão junto com o Governo do Estado, junto com o Secretário de Estado, mostrando que neste momento não se trata

da questão partidária, mas se trata exatamente de fazer valer e fazer com uma obra já concluída passe exatamente a funcionar.

Em função disso, Deputado, quero aqui dizer da minha satisfação em ver esta sua atuação, esta sua preocupação com uma região bastante importante para o Estado do Paraná e é necessário que isto se regulemente o mais depressa possível, se regularize esta situação sob pena de continuar perdendo divisas, o Paraná tem prejuízos por uma teimosia do Governo Federal.

Neste sentido nós nos tomamos ao seu pleito para que possamos ter realmente esta situação regulamentada o mais rápido possível porque pode, e V.Exa. chama a atenção, pode trazer problemas inclusive para a questão da Receita Federal a nível de Aeroporto Afonso Pena. O Governador está tomando algumas providências a este sentido para evitar que no próximo dia 26 quando da inauguração do Aeroporto Internacional Afonso Pena tenhamos até problemas com a Receita Federal.

O SR. CAÍTO QUINTANA - E quero aproveitar, que o Deputado Aníbal Khury quando assumiu o Governo declarou em alto e bom som na imprensa que faria a abertura da ponte, conhecendo o lado constitucional, a competência da coisa, faria a abertura para gerar um fato, como o Presidente evidentemente não fará oficialmente o convite, quero antecipadamente deixar aqui um convite para todos os Parlamentares de todos os partidos desta Assembleia Legislativa.

Se efetivamente for aberta por determinação do Governo do Estado Federal, a ponte como um protesto pela desconsideração que está tendo o Governo Federal com o nosso estado e com a nossa região, que todos os Parlamentares desta Casa se façam presentes, vamos os 53 Deputados endossar o ato de nosso Presidente de abertura.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Caíto, Senhores Deputados, Senhor Presidente.

V.Exa. faz da Tribuna um grito de alerta que os paranaenses todos devem neste momento se preocupar muito com as suas palavras porque eu mesmo presenciei o Deputado Aníbal Khury quando no exercício do cargo de Governador, ligar ao Presidente da República e cobrar dele a nomeação dos fiscais aduaneiros da ponte Andresito - Capanema. Eu assisti, o vi ligar para o Secretário da Receita Federal Eduardo Maciel e cobrar dele providências.

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, deve ter seguramente alguma coisa oculta, muito forte, que impede que estes fiscais aduaneiros sejam nomeados. Acho que o Governador Jaime Lerner deve imediatamente ir à Brasília, evitar de fazer

talvez um deslocamento ao exterior, e pegar o jatinho do Governo, ir à Brasília e voltar de lá só com o decreto de nomeação destes fiscais aduaneiros porque é um desaforo para o Paraná não conseguir nomear meia dúzia de fiscais aduaneiros. Por isso, Deputado Caíto Quintana, V.Exa. que é o ilustre representante da Região, lutou pela construção da ponte, da construção da estrada, e agora eu vejo, vi, o Deputado Anibal Khury ligando, na minha frente, para o Presidente da República e que força estranha é esta que impede a nomeação? Acho que o Deputado Algasi Túlio deve sim, ao lado do Governador Jaime Lerner pegar o jatinho, ir à Brasília e conseguir a nomeação dos fiscais aduaneiros.

Muito obrigado, Senhor Deputado, meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só para concluir, Senhor Presidente.

Não pretendo gastar o tempo desta Sessão que é a última e tem projetos importantes, para este assunto exclusivo, mas só mostraria, vejam aqui, ofício de Maria Luíza Ribeiro Viotti, chefe da Divisão da América Meridional I, aqui publicação do Diário Oficial com data de 9 de junho de 93, diz esse Memorando do Ministério das Relações Exteriores: "O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Misiones, firmaram em Buenos Aires, em 26 de maio de 1993 acordo por troca de notas reversais sobre a construção da ponte internacional que ligará Capanema a Andrecito, na Argentina". Em 93.

A partir daí o Ministério das Relações Exteriores, a partir daí todas as entidades, o Ministério da Agricultura está pronto, a Polícia Federal está pronta, os órgãos aqui do Estado estão prontos e a Receita Federal necessita de 4 ou 5 funcionários, disse-me integrantes de alto escalão da Receita Federal a um custo de 8 mil reais, 8 mil reais, é o custo para poder trazer este benefício tão importante de uma ponte que seguramente ajuda a viabilizar e volto a insistir, Deputado Edgar Bueno, de Cascavel, a FERROESTE, porque a Província de Misiones é a maior produtora de celulose da Argentina, é produtora de chá, de erva-mate, está exportando pelo Porto de Buenos Aires, a mil e quatrocentos quilômetros, quando poderia fortalacer a Ferroeste, a partir de Cascavel e exportar pelo Porto de Paranaguá.

Quer dizer, esses dados são importantes para a economia do Paraná e espero que nós continuemos todos juntos insistindo neste dado, sob pena, volto a insistir, do dia 26 deste mês inaugurar o aeroporto Afonso Pena, sim, porém, torná-lo internacional, não.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa quer agradecer a presença do Deputado Caíto Quintana nos altos escalões da República, que atuou por delegação desta Casa e realmente o seu pronunciamento representa o pensamento do Presidente da Assembleia e quero crer também o pensamento da Assembleia.

Conversei com o Governador Jaime Lerner sobre o assunto e disse-me ele que se não resolverem o problema até o final do mês ele vai participar também da abertura da ponte, sem obedecer os ditames da Presidência da República.

Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/96, que objetiva estabelecer normas pertinentes ao Sanitarismo Animal no Estado do Paraná, conforme especifica. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 236/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - A Defesa Sanitária Animal, como instrumento fundamental à produção e produtividade da pecuária, é competência do Estado, cabendo-lhe a definição e a execução das normas do sanitário animal para o Estado do Paraná.

§ 1º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, estabelecerá os procedimentos, as práticas, as proibições e as imposições necessárias à defesa sanitária animal, entre as quais a profilaxia, o controle ou a erradicação de doenças com a eliminação ou não de animais, a critério técnico das autoridades competentes.

§ 2º - Os procedimentos e práticas de defesa sanitária animal, são consideradas ações de interesse público.

§ 3º - Para os produtos artesanais fica assegurada a competência concorrente a nível municipal, concernente ao registro e à inspeção sanitária, visando a garantia do controle de qualidade aos produtos comercializados no âmbito local, exclusivamente municipal.

Art. 2º - A defesa sanitária animal, fundamentada em estudos, pesquisas e experimentos dos órgãos oficiais específicos

ou por eles referendados, será efetuada:

I - através de programas, de projetos, de campanhas ou de procedimentos similares de prevenção que visem alcançá-la pelo controle ou pela erradicação de pragas e/ou doenças animais, de importância estratégica para pecuária paranaense;

II - pela aprovação e execução de regras e normas que estabeleçam procedimentos zoonos sanitários e de manejo, em toda sua amplitude.

Parágrafo Único - Os procedimentos de Defesa Sanitária Animal serão pautados por normas de proteção à saúde animal, ao meio ambiente e à saúde humana.

Art. 3º - Cabe aos proprietários rurais, parceiros, proprietários de lojas veterinárias ou responsáveis, proprietários de depósitos ou responsáveis, transportadoras, frigoríficos, abatedouros e indústrias de produtos, subprodutos e derivados, o cumprimento das disposições e das regras pertinentes, estabelecidas nesta Lei, em seu regulamento e nas demais normas aplicáveis para o Estado do Paraná.

§ 1º - Os proprietários ou todos aqueles que a qualquer título tiverem animais em seu poder ou guarda ficam obrigados a efetuar as vacinações regulamentares e/ou medidas preventivas de enfermidades, bem como a colaborar no levantamento do próprio rebanho, executando os serviços de campo necessários ao combate às doenças infecto-contagiosas ou parasitárias, objetos de programas devidamente regulamentados pela SEAB.

§ 2º - Os proprietários, os transportadores, os depositários de animais ou os profissionais ligados à agropecuária, ficam obrigados a notificar a existência de focos de doenças ao serviço de Defesa Sanitária Animal da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, sob pena de interdição da propriedade, sem prejuízo da aplicação de multas cabíveis.

Art. 4º - As pessoas físicas ou jurídicas, enunciadas no artigo anterior, que deixarem de executar as necessárias medidas de defesa sanitária animal, estabelecidas em lei ou em regulamento, ressarcirão o Estado pela realização plena dos procedimentos prestados.

Art. 5º - Ao Estado com seu poder de polícia sanitária e administrativa é assegurado o livre acesso, por sua Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, aos locais que contenham animais, seus produtos e subprodutos, bem como ao comércio de produtos veterinários.

Art. 6º - As infrações a esta Lei e as demais aplicáveis, emanadas da autoridade

competente, são passíveis das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - proibição do comércio;

IV - interdição da propriedade rural, de recintos de eventos agropecuários e de estabelecimentos, e

V - vedação do Crédito Rural, através dos agentes financeiros oficiais do Estado.

§ 1º - As multas serão aplicadas por infrações cometidas proporcionais aos danos ou prejuízos causados.

§ 2º - O Poder Executivo Estadual mediante regulamento estabelecerá os parâmetros da proporcionalidade das multas referidas neste artigo, em valor a variar entre 02 (duas) Unidades Padrões Fiscais - UPF's, ao máximo a 1.000 (mil) UPF's, ou de índice que venha a substituí-la.

§ 3º - Em caso de reincidência as multas serão aplicadas em dobro.

Art. 7º - O infrator que deixar de recolher a multa devida será inscrito na Dívida Ativa do Estado, para a consequente execução na forma da Lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado da Fazenda, mediante solicitação da SEAB, efetuará a inscrição de que trata este artigo, para fins de execução.

Art. 8º - Os autos de infração à presente Lei serão lavrados pelos servidores do quadro de fiscais da SEAB, devidamente credenciados.

Art. 9º - A SEAB poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas para o financiamento e a perfeita execução das ações de profilaxia, controle e erradicação de enfermidades, inclusive para as indenizações decorrentes do sacrifício e/ou abate sanitário dos animais, mediante determinação e coordenação do próprio órgão.

Art. 10 - Ficam instituídas taxas para o custeio dos serviços previstos nesta Lei e pelo exercício do poder de polícia de vigilância epidemiológica, visando ao combate das doenças infecto-contagiosas ou parasitárias que atacam os animais.

§ 1º - Constituem fato gerador das taxas:

a) a vacinação de animais, efetuada pelo Estado ou Entidade conveniada;

b) a realização de exames;

c) a confecção e atualização de cadastros;

d) a vigilância epidemiológica exercida em estabelecimentos de criação, de produção e de comercialização de animais, e seus produtos e subprodutos, inclusive co-

mércio de produtos veterinários.

§ 2º - Caracteriza-se como sujeito passivo das taxas a pessoa física ou jurídica, a quem for prestado o serviço, ou o proprietário de animais, o promotor de eventos agropecuários, o comerciante de animais, de produtos de origem animal e de produtos de uso veterinário, submetidos ao poder de polícia e vigilância epidemiológica.

Art. 11 - O Estado estabelecerá o valor das taxas cobradas pela prestação de serviços na área de saúde animal, que serão revertidas em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O valor das taxas referidas neste artigo será estabelecido pela SEAB, em comum acordo com o Conselho Estadual de Saúde Animal.

Art. 12 - O produto das multas, taxas e serviços decorrentes desta Lei será recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP, devendo reverter-se em benefício dos programas de saúde animal.

Parágrafo Único - O produto das taxas e serviços, a que se refere o "caput" deste artigo, poderá ser recolhido à instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas à SEAB, desde que revertidos integralmente aos programas de sanidade animal.

Art. 13 - O Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias, regulamentará os procedimentos administrativos e operacionais necessários à execução da presente Lei.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 7.065/78 e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 238/96, que autoriza o Poder Executivo instituir na modalidade Serviço Social Autônomo, a PARANACIDADE, conforme especifica. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 238/96

REDAÇÃO FINAL

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

Da Organização

Art. 1º - Fica instituída a PARANACIDADE, pessoa jurídica de direito

privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de prestar assistência institucional e técnica aos Municípios e de captar e aplicar recursos financeiros no processo de desenvolvimento urbano e regional do Estado do Paraná.

§ 1º - A PARANACIDADE tem sede e foro na Cidade de Curitiba e com jurisdição em todo o território do Estado do Paraná.

§ 2º - O prazo de duração da PARANACIDADE é indeterminado.

§ 3º - O exercício financeiro da PARANACIDADE coincide com o ano civil.

§ 4º - A PARANACIDADE reger-se-á por esta lei e por seu Estatuto.

Art. 2º - A PARANACIDADE se vinculará, por cooperação, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que se incumbirá de supervisionar a sua gestão e administração, observadas as orientações normativas que emitir e em conformidade com o Contrato de Gestão, que com o Estado subscrever, nos termos previsto nesta lei.

§ 1º - O Superintendente da PARANACIDADE é o Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, a quem compete controlar e avaliar as suas ações, em consonância com os planos, programas, projetos, produtos e serviços, aprovados pelo seu Conselho de Administração, observando os termos do Contrato de Gestão.

§ 2º - O Superintendente da PARANACIDADE tomará posse perante o Conselho de Administração, em reunião convocada para este fim.

Art. 3º - A direção da PARANACIDADE é constituída, respectivamente:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza deliberativa, consultiva, de controle e normativa, composto por 1 (um) membro honorário, 3 (três) membros natos e 5 (cinco) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por 1 (um) Superintendente, 1 (um) Diretor de Operações e 1 (um) Diretor de Administração e Finanças.

Art. 4º - O Secretário de Estado do Desenvolvimento, além de desempenhar as funções de Superintendente da PARANACIDADE é membro honorário do Conselho de Administração, de cujas reuniões participará com o direito de voz e sem direito a voto.

Art. 5º - São membros natos do Conselho de Administração da PARANACIDADE:

a) Secretário de Estado da Fazenda;
b) Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; e
c) 1 (um) representante indicado pela Federação das Associações de Municípios do

Art. 6º - São membros efetivos do Conselho de Administração da PARANACIDADE:

- a) 1 (um) representante indicado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil;
- b) 1 (um) representante indicado pelo Ministério Público do Estado do Paraná;
- c) 1 (um) representante indicado pela Federação da Indústria do Estado do Paraná;

d) 1 (um) representante indicado pela Federação do Comércio do Estado do Paraná;

e) 01 (um) representante indicado pelo Instituto de Engenharia do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A designação dos representantes dos órgãos de classe, para compor o Conselho de Administração, deverá ser acompanhada com a indicação do respectivo suplente.

Art. 7º - O Superintendente e os membros do Conselho de Administração não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem à PARANACIDADE, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 8º - O Diretor de Operações e o Diretor de Administração e Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Superintendente da PARANACIDADE, remunerados nos termos do Plano de Cargos e Salários, previsto no artigo 19, desta lei.

CAPÍTULO II Dos Objetivos

Art. 9º - A PARANACIDADE tem por objetivos:

I - gerir o Fundo de Desenvolvimento Urbano, criado pela Lei nº 8.917, de 16 de dezembro de 1988;

II - promover ações destinadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional dos Municípios, em consonância com as diretrizes programáticas do Governo do Estado;

III - constituir-se em instrumento de intermediação administrativo-financeira, visando compatibilizar as exigências das entidades de financiamento, internas e externas, às características sócio-econômicas e à capacidade financeira dos Municípios.

IV - financiar as intervenções, representadas por planos, programas, projetos e atividades, envolvendo despesas correntes e de capital, voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e institucional das municipalidades;

V - contribuir para a eficiente aplicação dos recursos públicos, tanto estadual como municipal, na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional, promovendo, para tanto, o aperfeiçoamento dos recursos humanos, administrativos e financeiros dos Municípios;

VI - incentivar os Municípios a participarem da formulação política de desenvolvimento urbano e regional e dos mecanismos de financiamento concebidos para apoiá-los.

Art. 10 - A PARANACIDADE poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias e consórcios com pessoas físicas, jurídicas de direito público e privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais, a fim de realizar os seus objetivos institucionais e cumprir as suas funções, atendidas as exigências do Contrato de Gestão e do Estatuto, referidos nesta lei.

CAPÍTULO III

Da Competência e Atribuições dos Órgãos da Administração Superior

Art. 11 - Ao Conselho de Administração da PARANACIDADE compete:

I - aprovar o seu Regimento Interno;

II - fixar diretrizes de aplicação dos recursos da entidade, ad referendum do Governo do Estado;

III - fixar, anualmente, de acordo com as disponibilidades, o montante de recursos a serem colocados à disposição dos Municípios e agentes da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado;

IV - baixar normas de procedimentos e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros internos e externos disponíveis;

V - delegar competência à Diretoria Executiva para prática dos atos concernentes às atividades operacionais da entidade;

VI - fixar condições de repasse dos empréstimos e subempréstimos aos beneficiários;

VII - definir critérios de utilização e repasse de recursos não reembolsáveis;

VIII - definir objeto de auditoria interna e externa para as operações da entidade;

IX - aprovar a contratação de auditoria externa independente, quando for o caso;

X - fixar os limites da alçada para a ação da Diretoria Executiva;

XI - analisar e aprovar os relatórios circunstanciados sobre a execução e a conclusão das intervenções de política urbana;

XII - aprovar os planos anuais de aplicação dos recursos e os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade, apresentados pela Diretoria Executiva;

XIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração da entidade;

XIV - definir e quantificar os cargos e funções necessárias à entidade, por proposta da Diretoria Executiva; e,

XV - aprovar o estatuto da entidade, bem como, as suas alterações.

Art. 12 - A competência, atribuições e funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades da PARANACIDADE serão definidas em Estatuto.

Art. 13 - O Conselho de Administração, constituído por decreto do Governador, reunir-se-á, sob a presidência do Superintendente da entidade, para escolher o seu Presidente e Secretário, que cumprirão mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os membros natos e os efetivos, e respectivos suplentes, do Conselho de Administração, tomam posse, perante o Superintendente da entidade, assinando o Termo lavrado em livro próprio.

CAPÍTULO IV

Do Estatuto e do Registro

Art. 14 - O Conselho de Administração aprovará, por proposta do Superintendente da PARANACIDADE, o Estatuto da entidade, que será submetido à deliberação do Governador, para homologação, mediante ato próprio.

§ 1º - Aprovado o Estatuto, o Presidente e Secretário do Conselho de Administração procederão a elaboração dos atos jurídicos que se fizerem necessários para concretizar a instituição estipulada nesta lei, promovendo o seu registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º - A reforma do Estatuto depende de proposta do Superintendente, da Diretoria Executiva ou de membro do Conselho de Administração.

§ 3º - As alterações do Estatuto da entidade, após serem aprovadas pelo Conselho de Administração e homologadas pelo Governador, serão levadas a registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, por ato do Presidente e Secretário do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V

Do Contrato de Gestão

Art. 15 - A PARANACIDADE, fica autorizada a celebrar Contrato de Gestão com o Poder Público Estadual.

§ 1º - Contrato de Gestão, para efeito desta lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, por seu Governador, com a intervenção das Secretarias de Estado da Fazenda e a do Desenvolvimento Urbano e a PARANACIDADE, por intermédio do seu Superintendente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade e economicidade e, também, o seguinte:

I - fixar, de modo objetivo, as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo da PARANACIDADE;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, inclusive para as atividades de ensino e pesquisa geridas pela PARANACIDADE, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de materiais e serviços mediante procedimentos licitatórios simplificados, observados os princípios inscritos nas constituições e na legislação atinente em vigor, em especial a Lei nº 8.886, ou a que lhe vier a suceder, publicando as normas em Diário Oficial do Estado;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades de ensino e pesquisa a cargo da PARANACIDADE;

V - formalizar contrato de locação, para atender o repasse, de que trata o art. 22, desta lei, nos termos da legislação em vigor; e,

VI - fixar as condições de remuneração e de repasse das receitas financeiras da entidade.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU - e fiscalizada pela Assembleia Legislativa do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, que terá prazo de 20 (vinte) anos, poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

CAPÍTULO VI

Do Controle e da Fiscalização

Art. 16 - As contas da PARANACIDADE deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembleia Legislativa.

§ 1º - A PARANACIDADE encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU -, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado, até 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Planos de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e nos correspondentes Orçamentos, com a prestação de contas dos recursos neles aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenhos gerenciais cabíveis.

§ 2º - Por deliberação do Conselho de Administração ou determinação do Superintendente serão processadas auditorias internas e externas nas operações da entidade.

CAPÍTULO VII Das Receitas

Art. 17 - Constituem receitas da PARANACIDADE:

I - a remuneração pelo gerenciamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano que é composto por:

a) valores correspondentes às amortizações dos créditos decorrentes do Programa Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Urbano - Paraná Urbano, do Programa de Ação Municipal - PRAM - do Programa de Desenvolvimento Urbano - PEDU -, dos empréstimos concedidos pelo Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, conforme a Lei nº 8917, de 15 de dezembro de 1988 e dos que vierem a ser destinados à PARANACIDADE, de que trata a lei;

b) rendimentos provenientes da aplicação dos recursos da PARANACIDADE no mercado financeiro;

c) produto resultante de juros e amortizações e aplicação de recursos da PARANACIDADE;

d) produto resultante de operações de crédito interno e externo, integralizado para financiar intervenções representadas por planos, programas, projetos e atividades voltadas ao desenvolvimento urbano, regional e estadual;

e) aporte de recursos municipais, estaduais e federais, de qualquer natureza;

f) recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos bilaterais entre governos;

g) outras rendas eventuais;

II - dotações orçamentárias que lhe destinar o Poder Público Estadual ou outras modalidades governamentais, na forma do Contrato de Gestão;

III - subvenções sociais que lhe

transferir o Poder Público, nos termos do Contrato de Gestão;

IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras subvenções de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

V - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;

VI - recursos provenientes de fundos especiais;

VII - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

VIII - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos, celebrados com entidades públicas ou privadas;

IX - receitas provenientes de alienação de bens móveis e imóveis;

X - outros recursos que lhe venham ser destinados.

Parágrafo Único - Das receitas financeiras mencionadas, no inciso I, deste artigo, será apropriado, mensalmente, valor necessário destinado a manutenção da entidade.

CAPÍTULO VIII

Do Regime Jurídico dos Servidores

Art. 18 - As ações da PARANACIDADE, compreendendo todas as atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços, de sua responsabilidade, serão exercidas e desempenhadas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e por terceiros, pessoas jurídicas ou físicas, observada a legislação em vigor.

Art. 19 - A Diretoria Executiva da PARANACIDADE, no prazo de 60 (sessenta) dias de sua posse, apresentará um Plano de Cargos e Salários, estabelecendo a política salarial e de benefícios dos empregados, com a instituição de plano de carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

§ 1º - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revisados anualmente.

§ 2º - O Plano de Cargos e Salários, bem como as suas revisões e alterações, deverá ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO IX

Do Patrimônio da PARANACIDADE

Art. 20 - O Patrimônio da PARANACIDADE

será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público e privado, nacional, estrangeira ou internacional; e,

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar a PARANACIDADE.

Art. 21 - Com a extinção da PARANACIDADE os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 22 - Fica extinta a autarquia Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, cujos bens móveis e imóveis serão repassados a PARANACIDADE, atendendo os termos do Contrato de Gestão.

Art. 23 - O inventário dos bens e do acervo documental, físico e documental do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, e a apuração de seus direitos e obrigações deverá ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, da publicação desta lei, além das exigências e formalidades regulamentares aplicáveis a espécie, o seguinte:

I - o inventariante será nomeado pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU, que, durante o período de inventariação, representará o FAMEPAR, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele;

II - as questões, os direitos e as obrigações objeto de pendências judiciais em que o FAMEPAR seja autor, réu, litisconsorte, assistente, oponente ou terceiro interessado, nas formas previstas do Código de Processo Civil, passam a ser de responsabilidade do Estado, representado pelo Procurador Geral; e,

III - a PARANACIDADE adotará as medidas necessárias à manutenção e prosseguimento dos objetivos e das atividades do extinto FAMEPAR.

Art. 24 - Ao atual servidor em exercício no Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, assegurar-se-á o aproveitamento desde que:

I - o requeira formalmente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da aprovação do Plano de Cargos e Salários;

II - haja cargo vago disponível e compatível com a sua formação e especialização;

III - seja considerado de interesse da entidade, a critério exclusivo da Comissão

instituída para decidir sobre a matéria; e,

IV - se desvincule do Serviço Público e, se for o caso, de qualquer outra atividade profissional remunerada.

§ 1º - Em relação ao constante do inciso IV, deste artigo, assegura-se a permanência dos servidores estáveis do FAMEPAR, na forma prevista no artigo 240 e seguintes, da Seção VII, do Capítulo X, da Lei nº 6.174, de 16 de dezembro de 1974, por um período não superior a 12 (doze) meses, findo o qual e se não tiver interesse em permanecer na PARANACIDADE, será realocado em conformidade com o estabelecido no artigo 25, desta lei.

§ 2º - O aproveitamento mencionado no "caput" deste artigo, independe da seleção competitiva, podendo, no entanto, nos casos em que a Comissão considerar conveniente, se dar à vista de seleção interna de caráter eliminatório, com o objetivo de auferir do servidor qualificação mínima, para o exercício do cargo.

§ 3º - Após cumpridas as normas estabelecidas neste artigo e nos artigos posteriores, os cargos vagos remanescentes, oriados por lei e integrantes do quadro de servidores do FAMEPAR, ficam automaticamente extintos.

Art. 25 - A Secretaria do Estado da Administração promoverá a realocação dos servidores estáveis do Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, nos termos da legislação em vigor, cumpridas as opções e formalidades previstas no artigo 24.

Parágrafo Único - No processo de extinção do FAMEPAR, ao servidor em exercício, em regime diverso do estatutário, será assegurado todos os direitos, definidos em lei.

Art. 26 - As dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Estado e no Orçamento próprio ao FAMEPAR, para o exercício de 1996, serão transferidos a PARANACIDADE, com a finalidade de assegurar a continuidade operacional das ações e objetivos da autarquia extinta e nos termos do Contrato de Gestão, constante desta lei.

Parágrafo Único - Os saldos das dotações referidas serão utilizadas, após consumada a extinção do FAMEPAR, na abertura de créditos adicionais necessários ao atendimento do que dispõe o presente artigo.

Art. 27 - A Diretoria Executiva da PARANACIDADE, no prazo de 180 (cento e vinte) dias, da publicação desta lei, promoverá a sistematização da legislação estadual em vigor, inerente ao desenvolvi-

mento urbano e regional do Estado, e da assistência técnica e institucional aos municípios paranaenses e de suas formas de financiamento e atendimento.

Art. 28 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.07.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 03

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 279/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 066/96 que aprova um ajuste no Programa de Obras, no valor de R\$ 4.269.530,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos reais), ao vigente orçamento do DER - Programa de Corredores Rodoviários do Paraná - BID IV. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 173/96 de autoria do Poder Executivo - MENSAGEM N° 042/96 que aprova a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 7.050.000,00 (sete milhões e cinquenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, visando atender despesas com realizações de obras referentes ao Portal de Foz do Iguaçu e Fórum das Américas, conforme especifica. COM PARECER DAS COMISSÕES. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n° 58, de 13.06.96).

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O item 4 da pauta que é uma abertura de crédito suplementar no valor de 7 milhões e 50 mil reais, ele é desdobrado em dois valores, sendo um deles de 4 milhões e 800 mil para a construção de um Portal na Cidade de Foz do Iguaçu e outros 2 milhões 250 para o Fórum das Américas. No primeiro semestre tivemos a curiosidade e fizemos um pedido à COHAPAR, de qual era os custos das casas construídas nas Vilas Rurais do Estado do Paraná. Foi respondido e tenho em mãos, e chamo a atenção o valor das casas construídas na Vila Rural de Califórnia, ela custa, cada uma, mil quinhentos e noventa e três reais. Se pegarmos o valor destas casas e transportarmos para os quatro milhões e oitocentos mil, para construir um portal na Cidade de Foz do Iguaçu, vamos ver que é possível a construção de três mil e treze casas, Senhores Deputados. Três mil e treze casas! Isso seria a solução de habitação para vários municípios do nosso Estado talvez até

para municípios de médio porte.

No entanto, o Governo prefere retirar dinheiro, que vinha emprestado, vinha porque não veio, não chegou, dinheiro daquele que viria do Japão da OECF. Não vindo esse dinheiro, ele carrela e pega da fonte "00", que são recursos do Governo do Estado, recurso estadual, recursos do ICMS, e destina à construção desse portal. Isso é inconcebível como se tivéssemos resolvido todos os problemas de habitação do nosso Estado, todos os problemas de saúde, todos os problemas de educação. São mais de três mil casas que poderiam ser construídas.

Nesse sentido, a Bancada do PT vota contrária a essa verba de suplementação, porque vai buscar inclusive de recursos próprios do ICMS. Quando alega que não tem dinheiro nem para dar reajustes, nem para construir, absolutamente, nada.

Não podemos aprovar isso, Deputado Algaci Túlio. Mais de três mil casas vão para um portal.

Gostaria que o Governo tentasse nos convencer através do seu líder, dando uma boa explicação como que destina dinheiro para a construção de um portal do próprio ICMS, quando poderíamos construir essas casas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votação ao projeto.

Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

O SR. FLORISVALDO FIER - Voto Contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Voto Contrário do PT.

Continuação da Ordem do Dia.

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 212/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 047/96 que institui o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no Art. 205 da Constituição Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 70, de 27.05.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI N° 212/96

CAPÍTULO I Do Fundo Paraná

Art. 1° - Fica instituído o Fundo Paraná, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Pa-

Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual.

Art. 2º - O Fundo Paraná tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa, desenvolvimento científico e tecnológico e atividades afins segundo as diretrizes e políticas recomendadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná - e aprovadas pelo Governador do Estado.

Art. 3º - Constituirão recursos do Fundo Paraná:

I - 2,0% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária do Estado, anualmente, a partir da data de promulgação desta lei, a serem transferidos:

a) 1% (um por cento), no mínimo, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial, junto ao Banco do Estado do Paraná, BANESTADO, denominada Fundo Paraná;

b) na forma de ativos pertencentes ao Estado do Paraná, tais como ações, direitos de participação, bens patrimoniais ou caixa, cujo montante, avaliado a valores de mercado, complementa os recursos transferidos nos termos da alínea "a", assegurando-se em qualquer caso que, ao início de cada trimestre, o acréscimo ao patrimônio do Fundo Paraná corresponda à 2,0% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária estadual do trimestre anterior;

II - juros, dividendos e quaisquer outras receitas decorrentes de aplicação de recursos do Fundo;

III - repasses de instituições financeiras, de fomento e de desenvolvimento;

IV - recursos provenientes de incentivos fiscais, bem como auxílios, subvenções, contribuições, transferências e participação em convênios com entidades públicas e privadas de âmbito nacional e internacional.

V - saldos de exercícios anteriores;

VI - rendas provenientes de patentes e propriedade intelectual;

VII - empréstimos contraídos por antecipação de receitas do Fundo;

VIII - dotações especiais do orçamento do Estado e recursos não reembolsáveis, provenientes da União, dos Municípios e de outras fontes;

IX - outros bens e recursos que venham a ser incorporados ao Fundo, inclusive a herança jacente, nos termos do Capítulo IV, art. 1591 a 1594, do Código Civil Brasileiro.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Paraná serão destinados exclusivamente a projetos e programas vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Pa-

raná.

Art. 5º - A aplicação dos recursos do Fundo Paraná especificados no artigo 3º obedecerá os critérios e normas definidos na Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, aprovada pelo Governador do Estado, e terá a seguinte destinação:

I - a todas as atividades de auxílio e fomento listadas no art. 31, que forem aprovadas pela Fundação Araucária, até o limite de 30% (trinta por cento) do Fundo Paraná;

II - para aplicação em projetos de desenvolvimento tecnológico, a cargo do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, ou de qualquer sociedade a ser criada nos termos do artigo 47 desta lei, até o limite de 20% (vinte por cento) do Fundo Paraná;

III - para aplicação em outros programas e projetos estratégicos, desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas que se enquadrem nas diretrizes definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do Fundo Paraná.

Parágrafo Único - A partir de 02 (dois) anos da promulgação desta lei, os percentuais referidos neste artigo poderão ser alterados pelo CCT Paraná, considerando o desempenho do Fundo Paraná e as demandas.

Art. 6º - A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o órgão supervisor do Fundo Paraná, na forma do Capítulo III desta lei.

Art. 7º - A proposta de Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico a que se refere o artigo 5º será submetida pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior à consideração do CCT Paraná para eventual aprovação, num prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de promulgação desta lei.

CAPÍTULO II

Do Conselho Paranaense de
Ciência e Tecnologia - CCT Paraná

Art. 8º - O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia - CCT Paraná - é órgão de assessoramento superior do Governador do Estado, para a formulação e implementação da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Art. 9º - Compete ao CCT Paraná:

I - propor a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como parte integrante da política de desen-

volvimento econômico e social do Estado do Paraná;

II - avaliar planos, metas e prioridades de Governo, adequando-os à Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, identificando instrumentos e recursos;

III - auditar a execução da Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

IV - apreciar o relatório anual preparado pelo Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, de que trata o Capítulo III, desta lei, sobre a gestão do Fundo Paraná e encaminhá-lo, uma vez aprovado, ao Governador do Estado;

V - analisar e decidir sobre projetos do TECPAR financiados com recursos do Fundo Paraná;

VI - estabelecer diretrizes para aplicação pelo Paraná Tecnologia em programas e projetos estratégicos desenvolvidos por órgãos e entidades públicas ou privadas, nos termos do art. 5, III, desta lei;

VII - promover a cooperação com órgãos federais e internacionais de apoio e também com o setor privado, em atividades ligadas à pesquisa e formação de recursos humanos no Estado do Paraná.

VIII - analisar e aprovar propostas advindas da Fundação Araucária, nos termos dos artigos 32, parágrafo único, 35, inciso II, e 50 desta lei.

Art. 10 - O CCT Paraná, presidido pelo Governador do Estado, terá a seguinte composição:

I - 02 (dois) membros representando o Poder Executivo Estadual, sendo um deles o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e outro o Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral;

II - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade científica paranaense, sendo um deles pertencente ao corpo docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior;

III - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade tecnológica paranaense;

IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade empresarial paranaense, sendo 01 (um) deles pertencente ao setor agrícola.

V - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado, representando a comunidade trabalhadora paranaense;

§ 1º - Nos impedimentos e ausências do Governador do Estado, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior será o seu substituto legal no CCT.

§ 2º - A participação no CCT Paraná não será remunerada.

§ 3º - A critério do Governador do Es-

tado, poderão ser convocados para participar das reuniões do CCT Paraná outros Secretários de Estado e cidadãos de notório saber e alta cultura em ciência e tecnologia.

§ 4º - Os representantes referidos no § 1º e incisos II, III, IV e V serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução.

§ 5º - A cada 02 (dois) anos serão renovados 50% (cinquenta por cento) do CCT.

Art. 11 - As reuniões do CCT Paraná serão realizadas com a presença da maioria de seus membros, sendo as decisões sempre tomadas por maioria de votos presentes.

Art. 12 - O Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, num prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de promulgação desta lei, apresentará ao Governador do Estado projeto de Decreto Estadual para a regulamentação do CCT Paraná.

CAPÍTULO III

Do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse social, com sede e foro em Curitiba e jurisdição em todo o território do Estado do Paraná, tendo como missão a gestão executiva do Fundo Paraná.

§ 1º - No texto desta lei, as expressões "Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia" e "Paraná Tecnologia" se equivalem como denominação.

§ 2º - o prazo de duração do Paraná Tecnologia é indeterminado.

§ 3º - O exercício financeiro do Paraná Tecnologia coincide com o ano civil.

§ 4º - O Paraná Tecnologia reger-se-á por esta Lei e por seu Estatuto.

Art. 14 - Ao Paraná Tecnologia compete gerir o Fundo Paraná, nos termos desta Lei e de seu Estatuto.

Parágrafo Único - O Fundo Paraná é dotado de personalidade contábil e seu caixa será totalmente distinto do caixa do Paraná Tecnologia.

Art. 15 - O Paraná Tecnologia vincular-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que se incumbirá de acompanhar sua gestão e administração, emitindo orientações normativas, e nos termos do Contrato de Gestão, conforme previsto nesta Lei.

Art. 16 - A Direção Superior do Paraná Tecnologia é constituída:

I - pelo Conselho de Administração, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e fiscal, composto por 02 (dois) membros honorários, sem direito a voto e 04 (quatro) membros efetivos;

II - pela Diretoria Executiva, composta por um Presidente, por um Diretor de Operações e por um Diretor Administrativo-Financeiro.

§ 1º - O Secretário de Estado do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e o Presidente da Fundação Araucária são membros honorários do Conselho de Administração;

§ 2º - Os 04 (quatro) membros efetivos do Conselho de Administração do Paraná Tecnologia serão escolhidos pelo Governador do Estado dentre os membros do CCT Paraná, devendo ser 01 (um) membro representante de cada uma das comunidades mencionadas nas alíneas II, III, IV e V do Art. 10.

§ 3º - Os membros do Conselho de Administração, uma vez cumpridas as formalidades de registro do Paraná Tecnologia, de que trata esta Lei, reunir-se-ão pela primeira vez sob a presidência do conselheiro mais idoso com direito a voto, para escolherem o seu Presidente e o seu Secretário, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos e assinarem Termo de Posse lavrado em livro próprio.

§ 4º - Os Conselheiros não perceberão qualquer remuneração ou vantagem pelos serviços que prestarem ao Paraná Tecnologia, que serão considerados de relevante interesse público.

Art. 17 - Ao Conselho de Administração do Paraná Tecnologia compete:

I - aprovar o Estatuto do Paraná Tecnologia;

II - aprovar seu Regimento Interno;

III - implementar as decisões do CCT Paraná relativas à aplicação dos recursos do Fundo Paraná, conforme o artigo 9º desta Lei e do Contrato de Gestão nos termos do artigo 21 desta Lei.

IV - analisar e aprovar plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;

V - delegar competência à Diretoria para a prática de atos concernentes às atividades operacionais do Paraná Tecnologia;

VI - deliberar sobre aplicação de recursos financeiros para projetos que lhe sejam apresentados pela Diretoria Executiva;

VII - aprovar demonstrativos contábeis e financeiros do Paraná Tecnologia, apresentados pela Diretoria Executiva;

VIII - exercer as demais atribuições indispensáveis à administração do Paraná

Tecnologia.

Parágrafo Único - Os Conselheiros não respondem necessariamente por atos praticados pela Diretoria, à sua revelia, que impliquem em responsabilidade civil.

Art. 18 - O Presidente do Paraná Tecnologia é o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a quem compete superintender, controlar e avaliar suas ações e atividades nos termos de seus planos, programas, projetos, produtos e serviços, com a observância do Contrato de Gestão de que trata a presente Lei.

§ 1º - O Presidente do Paraná Tecnologia não perceberá qualquer remuneração ou vantagem pelo exercício do cargo, que é considerado relevante para o interesse público.

§ 2º - Os Diretores de Operações e de Administração e Finanças são cargos de recrutamento amplo, escolhidos pelo Presidente e remunerados conforme Plano de Cargos e Salários a ser estabelecido e aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 19 - As competências, atribuições e o funcionamento da Diretoria Executiva e das demais unidades complementares do Paraná Tecnologia serão definidas em Estatuto.

Art. 20 - O Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar Contrato de Gestão com o Estado do Paraná.

§ 1º - Contrato de Gestão, para os efeitos desta Lei, é o instrumento técnico-jurídico, formal, de direito civil, celebrado entre o Estado do Paraná, na pessoa de seu Governador, com a intervenção das Secretarias de Estado da Fazenda, do Planejamento e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Paraná Tecnologia, por intermédio de seu Presidente, com a finalidade de assegurar a sua plena autonomia técnica, administrativa e financeira, com a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade e, também, dos seguintes preceitos:

I - fixar as responsabilidades, a execução e os prazos inerentes aos planos, programas, projetos e atividades a cargo do Paraná Tecnologia;

II - permitir à Diretoria Executiva capacidade para contratar, administrar e dispensar recursos humanos, para as atividades geridas pelo Paraná Tecnologia, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma a assegurar a preservação dos mais elevados e rigorosos padrões técnicos de seus planos, programas, projetos e atividades, bem como de seus produtos e serviços;

III - permitir à Diretoria Executiva estabelecer processo de compra de material de consumo;

IV - instituir fundo rotativo de caixa, de caráter orçamentário e contábil, para arcar com despesas diversas de pronto pagamento, ligadas às atividades a cargo do Paraná Tecnologia, de que trata a Lei;

V - autorizar a Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, a promover estudos e projetos, vinculados ao programa de investimentos do Fundo Paraná, para o que poderá aplicar até 4% (quatro por cento) dos recursos recolhidos nos termos do artigo 5º desta Lei.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão será supervisionada pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e fiscalizada pelo Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O Contrato de Gestão, estipulará o seu prazo de vigência e poderá ser modificado, de comum acordo entre as partes que o subscreverem, no curso de sua execução, para incorporar ajustamentos aconselhados pela supervisão ou pela fiscalização.

Art. 21 - O Paraná Tecnologia encaminhará, anualmente, à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, que enviará à Assembleia Legislativa do Estado, até o dia 31 de março de cada ano, relatório circunstanciado sobre a execução de seus planos, programas, projetos, atividades, produtos e serviços, expressos em Plano de Ação Estratégica, nos Planos Anuais e Plurianuais e correspondentes, bem como os Orçamentos do exercício anterior com a prestação de contas dos recursos aplicados, a avaliação do andamento do Contrato de Gestão e as análises de desempenho gerenciais cabíveis.

Art. 22 - As ações do Paraná Tecnologia compreendendo todas atividades administrativas e técnicas relacionadas com planos, programas, projetos, produtos e serviços e de sua responsabilidade, serão exercidas por empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e ocupantes de cargos de carreira, de provimento permanente ou em comissão, e por terceiros, pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo Único - A admissão em cargo de carreira de provimento permanente no Paraná Tecnologia depende de prévia aprovação nos termos do Plano de Cargos e Salários de que trata esta Lei.

Art. 23 - A Diretoria Executiva do Paraná Tecnologia promoverá no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta Lei, a elaboração do Plano de Cargos e Salários, a ser submetido à

apreciação e aprovação do Conselho de Administração, o qual definirá e quantificará os cargos e funções necessários, estabelecerá a política salarial e de benefícios dos empregados, e instituirá o Plano de Carreira, contendo critérios de promoção e de valorização profissional.

Parágrafo Único - Os valores salariais dos cargos e funções serão fixados em correspondência com os valores de mercado e, se necessário, revistos, anualmente, observadas a legislação em vigor.

Art. 24 - O patrimônio do Paraná Tecnologia será constituído:

I - pelo acervo de bens e direitos que adquirir ou vierem a ser-lhe incorporados;

II - pelos legados, doações e heranças que receber, de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, nacional ou estrangeira ou internacional;

III - por quaisquer outros bens e direitos, que vierem a se incorporar ao Paraná Tecnologia.

Art. 25 - O Paraná Tecnologia perceberá até 3% (três por cento) do montante dos recursos recolhidos à conta do Fundo Paraná pela execução dos serviços concedidos.

Art. 26 - Extinguindo-se o Paraná Tecnologia, os seus bens e direitos serão revertidos ao patrimônio do Estado do Paraná, salvo se Lei Especial prescrever destinação diferente.

Art. 27 - O Paraná Tecnologia fará publicar no Diário Oficial do Estado normas de Licitações próprias e simplificadas para disciplinar procedimentos relativos à matéria.

Art. 28 - O Paraná Tecnologia poderá celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes, parcerias, consórcios e empréstimos com pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais, estrangeiras ou internacionais a fim de realizar a sua missão constitucional e cumprir os seus objetivos, atendidas as exigências constantes do Contrato de Gestão e do Estatuto, referidos nesta Lei.

CAPÍTULO IV

Da Fundação Araucária

Seção I

Das Finalidades

Art. 29 - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, nos termos da Lei Civil, a Fundação Araucária, para amparo à pesquisa e para a formação de recursos humanos, necessários ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, na forma determinada pela Política Estadual de De-

Desenvolvimento Científico e Tecnológico, segundo diretrizes do CCT Paraná e aprovada pelo Governador do Estado.

Art. 30 - A Fundação Araucária, com sede e foro em Curitiba, será dotada de autonomia administrativa e financeira e patrimônio próprio.

Art. 31 - Para a consecução de seus fins compete à Fundação Araucária, individualmente ou em parceria com órgãos financiadores federais, estaduais e municipais:

I - custear, total ou parcialmente, projetos de pesquisas individuais, públicos ou privados, aprovados por seus órgãos competentes;

II - custear instalação de novas unidades de pesquisas públicas e privadas;

III - fiscalizar a aplicação dos recursos que fornecer, podendo suspendê-los nos casos de inobservância dos projetos aprovados;

IV - manter banco de dados atualizado sobre as unidades de pesquisa existentes no Estado do Paraná e daquelas no País ou no exterior relevantes ou de interesse para a implementação da Política de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, relacionando detalhes sobre recursos humanos, equipamentos e instalações;

V - manter banco de dados atualizado relativo a pesquisas e bolsistas financiados pela Fundação Araucária e por outras instituições federais ou internacionais no Estado do Paraná;

VI - promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Paraná e no Brasil, identificando os campos que deverão receber apoio e financiamento;

VII - promover o intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros, através da concessão ou complementação de bolsas de estudo ou de pesquisa, no país ou no exterior;

VIII - promover ou subvencionar a publicação de resultados de pesquisas.

Art. 32 - Os custos com a administração, inclusive vencimentos de diretores e respectivos consultores, bem como salários de empregados, não poderão ultrapassar a 5,0% (cinco por cento) dos recursos destinados à consecução de suas finalidades.

Art. 33 - É vedado à Fundação Araucária:

I - criar órgãos próprios de pesquisa;

II - assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;

III - auxiliar atividades administrativas de instituições de pesquisas.

SEÇÃO II Dos Recursos

Art. 34 - Constituirão recursos da Fundação:

I - a parcela correspondente aos recursos efetivamente desembolsados para o atendimento dos gastos definidos no artigo 31 desta lei, até o montante de 30% (trinta por cento) dos recursos recolhidos ao Fundo Paraná, conforme o disposto no artigo 5º, I, desta lei;

II - recursos adicionais do Fundo Paraná, ouvido o CCT Paraná;

SEÇÃO III Da Organização

Art. 35 - A Fundação Araucária será constituída pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Superior;

II - Diretoria;

Do Conselho Superior

Art. 36 - O Conselho Superior, de natureza normativa, deliberativa, consultiva e fiscal, será presidido pelo Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, compor-se-á de doze membros:

I - 06 (seis) membros livremente escolhidos pelo Governador do Estado;

II - 03 (três) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista nômula em ordem alfabética pelas Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo Estadual;

III - 01 (um) membro escolhido pelo Governador do Estado entre os indicados em lista tripla em ordem alfabética pelas demais Instituições de Ensino Superior em funcionamento no Paraná.

IV - 02 (dois) membros escolhidos pelo Governador do Estado entre os indicados em lista sextupla em ordem alfabética pelas Instituições de Pesquisa em funcionamento no Estado do Paraná.

§ 1º - Todos os membros do Conselho Superior deverão ser escolhidos entre pessoas de notório saber, reconhecida competência científica e tecnológica e reputação ilibada.

§ 2º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por Decreto do Governador do Estado, para um mandato de 06 (seis) anos, sendo permitida uma recondução.

§ 3º - A cada 02 (dois) anos será renovado 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 4º - O Conselho Superior será convocado pelo Presidente ou por metade de seus membros.

§ 5º - As funções de Conselheiro e de Presidente do Conselho Superior não serão remuneradas.

Art. 37 - Compete ao Conselho Super-

rior:

I - elaborar e modificar os estatutos que disciplinam o funcionamento da Fundação Araucária, submetendo-os à aprovação do Governador do Estado;

II - elaborar e modificar o Regimento Interno, bem como resolver os casos omissos;

III - orientar o funcionamento da Fundação dentro das diretrizes e disposições definidas nesta lei;

IV - aprovar os planos anuais de atividades, inclusive proposta orçamentária;

V - orientar a política patrimonial e financeira da Fundação Araucária;

VI - deliberar sobre o provimento e remuneração dos cargos administrativos da Fundação Araucária;

VII - fixar o número e fixar a remuneração dos consultores científicos;

VIII - julgar e aprovar as contas do exercício anterior e apreciar os relatórios financeiros.

§ 1º - O Conselho Superior reunir-se-á em sessão ordinária a cada três meses, e extraordinariamente quando necessário.

§ 2º - Os Diretores poderão ser convocados para participar das reuniões do Conselho, sem direito a voto.

Da Diretoria

Art. 38 - A Diretoria da Fundação Araucária será constituída por 1 (um) Presidente, 1 (um) Diretor-Técnico e 1 (um) Diretor-Administrativo.

Parágrafo Único - Os membros da Diretoria serão escolhidos pelo Governador do Estado em listas triplíes, sendo uma para cada membro da Diretoria, todas apresentadas em ordem alfabética e preparadas pelo Conselho Superior.

Art. 39 - Serão atribuições e deveres do Presidente, além das que o Conselho lhe atribuir:

I - representar a Fundação Araucária ou promover a representação em juízo e fora dele;

II - convocar o Conselho Superior;

III - presidir as reuniões do Conselho Superior.

Art. 40 - Compete ao Diretor-Técnico substituir o Presidente em suas eventuais ausências e impedimentos.

Parágrafo Único - Vagando-se a Presidência, o Diretor-Técnico assumirá o cargo e convocará dentro de 30 (trinta) dias o Conselho Superior para a elaboração da lista triplíe prevista no artigo 38.

Art. 41 - São atribuições da Diretoria:

I - proporcionar estrutura administra-

tiva à Fundação, fixando o regime de trabalho e atribuições do pessoal em regimento interno que será submetido à apreciação do Conselho Superior;

II - deliberar sobre os pedidos de concessão de auxílio ad referendum do Conselho Superior;

III - organizar o plano anual da Fundação e submetê-lo ao Conselho Superior;

IV - organizar a proposta orçamentária anual e submetê-la à consideração do Conselho Superior;

V - propor ao Conselho Superior o número de consultores a serem contratados a critério da Diretoria Técnica, sua distribuição pelos vários setores de atividade e sua remuneração;

VI - propor o plano de cargos e salários dos empregados da Fundação;

VII - elaborar relatório de atividades da Fundação Araucária, em especial sobre os auxílios concedidos e os resultados das pesquisas, promovendo anualmente a sua ampla divulgação após aprovação pelo Conselho Superior.

Art. 42 - Ao Diretor Técnico compete a coordenação da consultoria científica, de acordo com a orientação do Conselho Superior e da Diretoria, no que diz respeito à contratação de consultores, distribuição de tarefas de análise de pedidos e à solicitação de auxílio técnico externo em casos especiais.

Art. 43 - Ao Diretor Administrativo serão subordinados diretamente os serviços de secretaria, contabilidade e finanças.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais

Art. 44 - A Lei nº 7.056, de 04 de dezembro de 1978, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública com a denominação de Instituto de Tecnologia do Paraná, passará a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º - No cumprimento de seus objetivos a empresa poderá:

(...)

V - participar, com capital próprio em instituições e sociedades que possuam fins complementares ou que venham a ser constituídas com a finalidade de implementar a Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;

VI - constituir sociedades no intuito de obter melhor eficiência operacional."

Art. 45 - Fica o Poder Executivo autorizado a aprovar a participação de capital do TECPAR em outras sociedades e instituições, bem como a constituição de pessoas jurídicas a ela coligadas, afiliadas ou

associadas.

Art. 46 - O Poder Executivo promoverá a necessária reestruturação do TECPAR e demais órgãos sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, para adequá-los ao disposto nesta lei.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 47 - O Poder Executivo transferirá, na data da promulgação desta lei, recursos de caixa ou ativos pertencentes ao Estado, equivalentes à Dotação Orçamentária prevista na L.D.O. do exercício de 1996, nas rubricas oriundas da Fonte 32, Código 2185, Unidade CCT/SETI, ao Fundo Paraná.

Parágrafo Único - Os recursos mencionados no "caput" serão utilizados na informatização, no reequipamento e na recuperação física do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, conforme Plano de Investimentos da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior para 1996 e de acordo com prioridades e cronogramas de repasse a serem estabelecidos pela Secretaria.

Art. 48 - Para os efeitos do art. 47 desta lei, poderão ser utilizados recursos oriundos da venda de ações da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, conforme autorização legislativa pré-existente.

Art. 49 - Em seu primeiro mandato um terço dos membros do Conselho Superior da Fundação Araucária serão preenchidos com conselheiros eleitos para um mandato de 02 (dois) anos e mais um terço por 04 (quatro) anos, nos termos do artigo 36, § 3º, desta lei.

Art. 50 - Para operacionalizar o funcionamento da Fundação Araucária no primeiro ano de atividades, o Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior apresentará proposta orçamentária ao CCT Paraná.

Art. 51 - O Poder Executivo terá 90 (noventa) dias, a partir da promulgação desta lei, para regulamentar e implantar a Fundação Araucária.

Art. 52 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis Estaduais nº 6.189, de 26.04.71 e 8.837, de 15.10.86; o Decreto Estadual nº 3.807 de 28.05.81 e suas alterações e demais disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 212/96

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 47/96, o presente Plano de Lei objetiva instituir o "Fundo Paraná", destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do preceito contido no art. 205, da Carta Estadual.

A matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe prescreve o § 3º, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer Favorável, igualmente opinando pela aprovação do presente projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 249/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 055/96 que aprova Crédito Suplementar no valor de R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), ao vigente orçamento da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando atender o Programa de Saneamento Ambiental - PROSAM/BIRD. COM PARECERES DAS COMISSÕES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, (Publ. no D.A. nº 85, de 12.06.96.)

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 256/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 058/96 que institui em todo o Território Estadual, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 92, de 17.06.96.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 256/96

PARECER:

O presente projeto de lei oriundo do Poder Executivo visa instituir em todo território estadual, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, in-

terestadual e à exportação.

Chamada essa Comissão a se manifestar com relação à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que pudesse impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Sendo assim, somos de parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 09.07.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 256/96

PARECER:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 58/96, o presente plano de lei objetiva instituir em todo o território estadual a fiscalização da qualidade dos produtos, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

A matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer Favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo parecer Favorável, igualmente opinando pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.07.96.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 08

I. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 299/96 de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 067/96 que aprova crédito suplementar no valor de R\$ 18.100.000,00 (dezoito milhões e cem mil reais), ao orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, visando atender a execução de obras de Saneamento Ambiental, dando prosseguimento ao Programa Paraná-Ambiental. COM PARECERES FAVORÁVEIS DAS COMISSÕES. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 101, de 01.07.96).

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) - Havia entrado em acordo com a Liderança do Governo para tentar solucionar um problema de um anexo a essa lei que destina na verdade, dezoito milhões e cem mil reais, e nos anexos o projeto não apresenta detalhamentos de investimentos que seria executado com a suplementação orçamentária da Diretoria Geral do DER no valor de cinco milhões.

No anexo três, tem o problema da destinação da suplementação orçamentária a SUCEAM não especifica os investimentos a serem realizados com montante de treze mi-

lhões e cem mil reais.

Então, pedimos à Liderança do Governo que seja sanado esse defeito, deve ser um defeito técnico, gostaríamos até de um pronunciamento do Líder do Governo para que pudessemos votar tranquilos essa matéria. De antemão, noticiando que queremos votar favorável à matéria, apenas, que seja solucionado este equívoco técnico.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente.

Informo de que a nossa Assessoria já está mantendo contato com a Casa Civil. Mas, é apenas, entendo eu, ser apenas um erro de redação aqui. Por que no Primeiro Anexo consta os cinco mil reais que é para a cartografia agrária fundiária, só não consta no segundo anexo. Portanto, ela está dentro do processo, apenas, faltando na segunda parte do anexo.

Me comprometo de incluir, se hower tempo, ainda, hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto já foi votado e a Mesa consulta a Bancada PT, se vota a favor.

O SR. JOCELITO CANTO - Votamos a favor para que o problema seja solucionado na segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Perfeito.

Solicito a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas. Aprovado.

Requerimentos n°s 606 e 607 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 613 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 608 e 609 de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 611 e 612 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente sessão com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s

173, 249, 256 e 299/96.

327 e 328/96.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs

Levanta-se a sessão.